

## CENTRO DIOCESANO DE PROMOÇÃO SOCIAL

### CONTAS 2024

1. BALANÇO
2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
3. FLUXOS DE CAIXA
4. DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS
5. ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

**CENTRO DIOCESANO DE PROMOÇÃO SOCIAL**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**  
**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

**Contribuinte 507702166**

**Moeda EUROS**

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2.024	2.023
Vendas	6	16.612,47	17.790,57
Serviços Prestados	6	2.372.740,86	1.208.057,45
Quotizações	6	0,00	0,00
Serviços Prestados - Particulares	6	1.275.498,17	1.206.204,98
Serviços Prestados - Entidades Públicas	6	1.081.675,30	0,00
ISS, IP - Centro Distrital	6	1.081.675,30	0,00
Outras Entidades Públicas	6	0,00	0,00
Serviços Prestados -Outros	6	15.567,39	1.852,47
Subsídios, doações e legados à exploração	8	37.845,69	925.468,01
Subsídios de Entidades Públicas	8	37.589,69	905.268,01
ISS, IP - Centro Distrital	8	31.893,75	904.366,51
ISS - Apoios Extraordinários	8	0,00	0,00
Outras Entidades Públicas	8	5.695,94	901,50
Doações, heranças e legados	8	256,00	20.200,00
Variação nos inventários da produção	5	-73,91	1.024,35
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5	256.095,59	235.220,48
Fornecimentos e serviços externos	11.10	339.265,71	305.522,32
Gastos com o pessoal	9	1.562.572,95	1.393.870,56
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	7	1.400,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros Rendimentos	11.11	40.278,19	149.764,05
Correcções Relativas a Períodos Anteriores		4.747,85	0,00
Correcções Positivas de Participações do ISS,IP		0,00	0,00
Outras Correcções de Anos Anteriores		4.747,85	0,00
Imputação de Subsídios ao Investimento		23.625,91	53.056,00
Outros Rendimentos e Ganhos		11.904,43	96.708,05
Outros gastos	11.12	2.940,70	10.443,91
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>307.928,35</b>	<b>357.047,16</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	143.677,62	122.757,80
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>164.250,73</b>	<b>234.289,36</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	11.13	0,48	0,48
Juros suportados	11.13	57.563,89	49.440,00
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>106.687,32</b>	<b>184.849,84</b>
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>106.687,32</b>	<b>184.849,84</b>

A Direcção

*R. Manuel Jorge da Silva*  
*Maria Daniela Guedes Dias Cardoso*  
*Olga Maria Monteiro Ferreira*  
*Rosa Maria Teixeira da Silva Santos*

A Contabilista Certificada

*Paula Cristina Azevedo Gomes*  
 CONTABILISTA 31384

**CENTRO DIOCESANO DE PROMOÇÃO SOCIAL**  
**BALANÇO**  
**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

**Contribuinte : 507702166**  
**Moeda : (Valores em Euros)**

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-2024	31-dez-2023
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	4	1.260.088,92	1.301.707,03
Investimentos financeiros	10.1	20.798,63	20.798,63
		<b>1.280.887,55</b>	<b>1.322.505,66</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	5	17.648,10	16.339,36
Créditos a receber	10.2	58.681,62	64.271,84
Estado e outros entes públicos	10.8	7.769,77	1.616,00
Diferimentos	10.4	14.153,70	13.015,35
Outros ativos correntes	10.3	244.535,85	229.850,65
Caixa e depósitos bancários	10.5	23.325,02	52.708,51
		<b>366.114,06</b>	<b>377.801,71</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.647.001,61</b>	<b>1.700.307,37</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	10.6	315.297,43	315.297,43
Reservas	10.6	173.666,25	173.666,25
Resultados transitados	10.6	-641.266,19	-828.493,35
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	10.6	<b>384.039,95</b>	<b>346.148,63</b>
Subsídios ao Investimento		203.813,91	161.620,80
Doações		180.226,04	184.527,83
Outras Variações		0,00	0,00
		<b>231.737,44</b>	<b>6.618,96</b>
Resultado líquido do período		106.687,32	184.849,84
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>338.424,76</b>	<b>191.468,80</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Financiamentos obtidos	10.10	734.716,58	918.124,77
		<b>734.716,58</b>	<b>918.124,77</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	10.7	116.597,54	63.464,12
Estado e outros entes públicos	10.8	42.249,92	61.382,26
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	2.191,63
Financiamentos obtidos	10.10	81.852,67	104.791,74
Diferimentos	10.4	6.583,50	19.084,68
Outros passivos correntes	10.9	326.576,64	339.799,37
		<b>573.860,27</b>	<b>590.713,80</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>1.308.576,85</b>	<b>1.508.838,57</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>1.647.001,61</b>	<b>1.700.307,37</b>

A Direção

*Dr. Manuel José Leal Damásio*  
*Dr. Teófilo Pereira*  
 Maria Daniela Guedes Dias Cardoso  
 Olga Maria Monteiro Erreina  
 Rosa Maria Teixeira da Silva Santo

A Contabilista Certificada

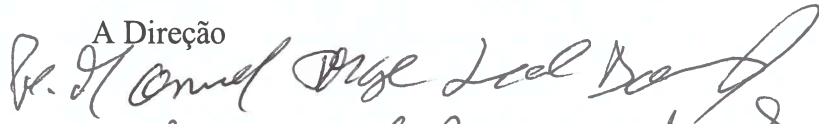
*Paula Cristina Azevedo Gomes*  
 Contabilista 31384

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

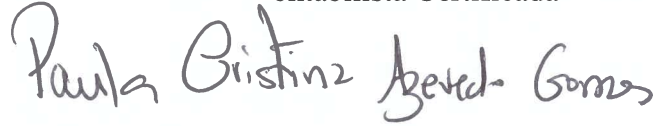
Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTA	DATAS	
		2024	2023
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais</b>			
Recebimentos de Clientes e Utentes	10.2	1.498.235,39	1.441.193,32
Pagamentos a fornecedores	10.7	-687.427,39	-595.414,77
Pagamentos ao pessoal	8	-1.037.907,97	-944.271,97
Caixa gerada pelas operações		-227.099,97	-98.493,42
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	10.8	0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos	10.3/10.9	482.569,71	268.904,39
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		255.469,74	170.410,97
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis	4	-67.815,83	-180.394,30
Investimentos financeiros	10.1	0,00	-1.071,43
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis	4	1.050,40	14.300,00
Subsídios ao investimento		45.566,87	40.624,57
Juros e rendimentos similares		0,48	0,48
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-21.198,08	-126.540,68
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos	10.10	0,00	0,00
Doações		256,00	20.200,00
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos	10.10	-206.347,26	-91.775,78
Juros e gastos similares	10.14	-57.563,89	-49.440,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-263.655,15	-121.015,78
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		-29.383,49	-77.145,49
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		0,00	0,00
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	10.5	52.708,51	129.854,00
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	10.5	23.325,02	52.708,51

A Direção

  
 Manuel Pereira e Lopes  
 Mariana Daniela Guedes Dias Barbosa  
 Olga Maria Monteiro Ferreira  
 Rosa Maria Teixeira da Silva Santos

A Contabilista Certificada

  
 Paula Cristina Azeredo Gomes  
 Contabilista 31384



CENTRO DIOCESANO DE PROMOÇÃO SOCIAL

DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL/CONSOLIDADA) DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO FINDO EM 31-12-2024

UNIDADE MONETÁRIA (1)

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos patrimoniais atribuídos aos Instituidores da Entidade-mãe							Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	Excedentes de revalorização				
POSICÃO NO INÍCIO PERÍODO DE 2024	1	10.6	315.297,43	173.666,25	-828.493,35	0,00	346.148,63	184.849,84	191.468,80		191.468,80	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Excedentes de revalorização								0,00			0,00	
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	2	10.6		187.227,16	187.227,16	37.891,32	-184.849,84	40.268,64	40.268,64		40.268,64	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3	10.6				37.891,32	-184.849,84	40.268,64	40.268,64		40.268,64	
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3											
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	5											
								106.687,32	106.687,32		106.687,32	
								-78.162,52	146.955,96		146.955,96	
								0,00	0,00		0,00	
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2024	6=1+2+3+5	10.6	315.297,43	173.666,25	-641.266,19	0,00	384.039,95	106.687,32	338.424,76		338.424,76	

(1) O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

A Direção

A Contabilista Certificada

*A. Manuel Jorge de Almeida*  
*José Luísa de Almeida*

*Mariana Daniela Guedes Dias Cardoso*  
*Olga Maria Monteiro Ferreira*  
*Rosa Maria Teixeira da Silva Santos*

*Paula Cristina Azevedo Gomes*  
 CONTABILISTA 31384

CENTRO DIOCESANO DE PROMOÇÃO SOCIAL

DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL/CONSOLIDADA) DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO FINDO EM 31-12-2023

UNIDADE MONETÁRIA (1)

DESCRICÃO	Notas	Fundos patrimoniais atribuídos aos Instituidores da Entidade-mãe					Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização				
POSICÃO NO INICIO PERÍODO DE 2023	1 10.6	315.297,43		173.666,25	-772.299,12	0,00	363.378,36	-56.497,73	23.545,19	23.545,19
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Excedentes de revalorização									0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	2 10.6				-56.194,23	-17.229,73	-17.229,73	56.497,73	-16.926,23	-16.926,23
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3 10.6				-56.194,23	-17.229,73	-17.229,73	56.497,73	-16.926,23	-16.926,23
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3							184.849,84	184.849,84	184.849,84
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	5							241.347,57	167.923,61	167.923,61
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2023	6=1+2+3+5	315.297,43		173.666,25	-828.493,35	0,00	346.148,63	184.849,84	191.468,80	191.468,80

(1) O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

A Direção

*Dr. Manuel Jorge Teófilo*  
*Fre. Lucrecio de Azevedo*  
*Maria Daniela Guedes Dias Cardoso*  
*Olga Maria Monteiro Ferreira*  
*Rosa Maria Teixeira de Silva Santos*

A Contabilista Certificada

*Paula Cristina Azevedo Gomes*  
 Contabilista 31384



CENTRO DIOCESANO DE PROMOÇÃO SOCIAL

ANEXO

27 de Março de 2025

## Índice

1	Identificação da Entidade.....	2
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	2
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	3
3.1	Bases de Apresentação.....	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	6
4	Ativos Fixos Tangíveis.....	14
5	Inventários.....	16
6	Rédito.....	17
7	Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	19
8	Benefícios dos empregados.....	20
9	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	20
10	Outras Informações.....	21
10.1	Investimentos Financeiros.....	21
10.2	Créditos a receber.....	21
10.3	Outros ativos correntes.....	22
10.4	Diferimentos.....	23
10.5	Caixa e Depósitos Bancários.....	24
10.6	Fundos Patrimoniais.....	24
10.7	Fornecedores.....	25
10.8	Estado e Outros Entes Públicos.....	25
10.9	Outros passivos correntes.....	25
10.10	Financiamentos obtidos.....	26
10.11	Fornecimentos e serviços externos.....	27
10.12	Outros rendimentos.....	28
10.13	Outros gastos.....	28
10.14	Resultados Financeiros.....	29
10.15	Acontecimentos após data de Balanço.....	29

---

## **1 Identificação da Entidade**

---

A Instituição “Centro Diocesano de Promoção Social” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Pessoa Coletiva Religiosa, com sede em Av.Egas Moniz - Quinta dos Prados – Rina, 5100-196 Lamego. Tem como atividades Centro de Dia, Apoio Domiciliário para Idosos; Programa de Cantina Social; Programa POAPMC; Creche, Pré-Escolar e ATL; Empresa de Inserção; Escola Profissional (com término de atividade em 31-08-2021) e uma Estrutura Residencial para pessoas Idosas para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- Contribuir para a promoção integral de todos os residentes na Área da Diocese, coadjuvando os serviços públicos competentes ou as Instituições Particulares num espírito de solidariedade humana, cristã e social.

## **2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

---

### a) Referencial Contabilístico

Em 2024 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho.

Sempre que a NCRF-ESNL não responda a aspetos particulares de transações ou situações, há recurso, supletivamente e pela ordem indicada, às:

- NCRF e Normas Interpretativas (NI);
- Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho;
- Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

### b) Indicação e justificação das disposições do SNC que tenham sido derogadas

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada da informação contida nas demonstrações financeiras.

### c) Comparabilidade das demonstrações financeiras

Todas as contas do balanço e da demonstração dos resultados por naturezas são comparáveis com o período anterior. Ressalva-se no entanto que após análise de contas de 2022 pela





segurança social, foi sugerido que se alterasse o valor constante na Rubrica de Outros Ativos Correntes de 252.537,64 Euros para 1.366.286,66 Euros e o valor constante na Rubrica de Outros Passivos correntes de 524.767,10 Euros para 1.638.516,12 Euros (no montante de 1.113.749,02 Euros correspondente a saldos de controlo interno de movimentos financeiros entre valências da própria Instituição que se anulavam entre si).

Em 2023, os saldos destas contas de controlo interno foram anulados internamente uma vez que se extinguiu a valência Centro Diocesano – Escopal com o término da atividade de ensino profissional.

### **3 Principais Políticas Contabilísticas**

---

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### **3.1 Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

##### **3.1.1 Continuidade:**

Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações, salvo se for demonstrada a não viabilidade económico-financeira em determinados sectores que têm registado resultados negativos ao longo dos últimos anos.

O total dos fundos patrimoniais em 31/12/2019 apresenta-se positivo em 241.492,93 euros (em 31/12/2018 era de 14.697,20 euros), fortemente influenciado pelo impacto positivo da contabilização do excedente de revalorização do imóvel “Quinta do Portal do Chão” em Lalim no valor de 449.366,54 euros. Em 31/12/2020, o total de fundos patrimoniais apresenta-se positivo no montante de 235.541,64 Euros. Em 31-12-2021, o total de fundos patrimoniais apresenta-se positivo no montante de 104.270,26 Euros, tendo sofrido uma redução no montante de 131.271,38 Euros relativamente ao ano de 2020. Em 31-12-2022, o total de fundos patrimoniais apresenta-se positivo no montante de 23.545,19 Euros, tendo sofrido uma redução no montante de 80.725,07 Euros relativamente ao ano de 2021. Em 31-12-2023, o total de



fundos patrimoniais apresenta-se positivo no montante de 191.468,80 Euros tendo ocorrido uma melhoria fruto do resultado líquido positivo verificado no ano de 2023. Em 31-12-2024, o total dos fundos patrimoniais apresenta-se positivo no montante de 338.424,76 Euros fruto do resultado líquido positivo de 106.687,32 Euros e do aumento em Outras Variações nos fundos patrimoniais relacionados com subsídios ao investimento. A redução verificada nos Fundos Patrimoniais ao longo dos exercícios económicos merece uma atenção e análise cuidada e é importante que a Instituição continue a apresentar resultados positivos de forma a melhorar os fundos patrimoniais com destaque para o saldo negativo de resultados transitados-escopal no montante de 1.450.721,13 Euros.

Durante os últimos anos, foram levadas a cabo algumas medidas de reestruturação, nomeadamente ao nível do quadro do pessoal e ao nível do ajustamento das mensalidades praticadas nas várias valências, assim como foram revistos no ano de 2019 os acordos de cooperação da Creche e do Centro de Dia e foi assinado um novo acordo de cooperação do ERPI, o que fez aumentar o número de utentes abrangidos pelos acordos de cooperação. Estas medidas tiveram um impacto pouco notável no ano de 2019, mas mostraram-se visíveis no ano de 2020, verificando-se uma melhoria dos resultados financeiros. A Instituição registou um resultado líquido positivo no ano de 2020, no montante de 21.937,03 Euros.

Durante o ano de 2021 manteve-se a doença da Covid-19, classificada como pandemia pela Organização Mundial de Saúde em 11 de março de 2020 e que determinou a declaração de vários estados de emergência em Portugal e a tomada de severas medidas de encerramento de atividades, restrições comerciais, circulação de pessoas e confinamento social, como meio de prevenção e minimização do risco de contágio, proteção da saúde pública e salvaguarda do SNS. Este facto, de enorme impacto económico global e de consequências ainda imprevisíveis, afetou a grande maioria das empresas e trabalhadores, o que foi o caso desta Instituição, que se viu obrigada a encerrar as atividades da creche, infantário, centro de dia e da escola profissional. Além disso, em janeiro de 2021, ocorreu um surto da Covid-19 na valência Lar o que teve impactos financeiros muito significativos no decorrer do ano de 2021 com a redução do número de utentes e do montante das mensalidades cobradas no montante de 40.506,71 Euros relativamente ao ano de 2020.

A crise inesperada foi combatida através da avaliação possível dos seus efeitos e da aplicação de algumas medidas para os minimizar e preservar a continuidade operacional e a situação é objeto de acompanhamento permanente para definir medidas que permitam preparar a retoma e acautelar o futuro.



Assim, neste período, foram acionadas as seguintes medidas:

- a) recurso a candidaturas do I.E.F.P, para o ajustamento do quadro de pessoal que sofreu bastantes oscilações, fruto da ocorrência de vários casos de Covid 19 em funcionários da Instituição e que tiveram de ser substituídos.
- b) adesão ao regime de moratória criado pelo Decreto-Lei n.º 10-J/2020, de 26 de março;
- c) adoção do teletrabalho para alguns dos trabalhadores.

Em agosto de 2021, foram encerradas as actividades de ensino profissional que tinham vindo a registar resultados fortemente negativos, fruto da redução de formandos e de subsídios pagos pelo POCH para financiamento desta actividade e das indemnizações pagas a formadores que foram saindo ao longo de vários anos. O pagamento de indemnizações desde 2015 contribuiu para os resultados líquidos fortemente negativos nesta valência ao longo de anos. O fecho desta actividade implicou ajustamentos e impactos de grande relevância na Instituição e na sua continuidade com o processamento de indemnizações, também no ano de 2021, no montante de 25.980,72 Euros. Por sua vez, a integração do restante pessoal que estava afeto ao ensino profissional, implicou um elevado esforço financeiro adicional pois estes gastos deixaram de ter qualquer financiamento pelo POCH. Este impacto notou-se nos resultados do ano de 2021, 2022 e manteve-se no ano de 2023. O impacto do fecho desta valência continuou em 2024 e ainda não teve o seu desfecho total pois apesar de já estarem terminados os processos em tribunal por parte de alguns professores, desconhece-se ainda o valor final de gasto relacionado com o apoio jurídico a que a Instituição teve de recorrer. A débil situação económico-financeira da Instituição, conjugada com o actual contexto macroeconómico global, exige que continuem a ser tomadas medidas adequadas de reestruturação e ajustamento da despesa nomeadamente ao nível das Rubricas dos Gastos com o pessoal com um peso de 66,15% e de Fornecimentos e Serviços Externos com um peso de 14,36% nos gastos totais da Instituição no ano de 2024.

### **3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.



### **3.1.3 Consistência de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

### **3.1.4 Materialidade e Agregação:**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### **3.1.5 Compensação**

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### **3.1.6 Informação Comparativa**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

## **3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração**





### 3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade. As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta (quotas constantes) em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	0-50
Equipamento básico	3-6
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	-
Equipamento administrativo	3-6
Outros Ativos fixos tangíveis	4-8

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.





---

### 3.2.2 Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros evidenciados no balanço estão registados ao custo de aquisição, dado que nenhuma das sociedades participadas se considera como subsidiária ou associada.

### 3.2.3 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo médio de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o Custo Médio Ponderado. Aos Inventários que não sejam geralmente intermutáveis devem ser atribuídos custos individuais através do uso de identificação específica.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

### 3.2.4 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos os “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:



- 
- Alterações no preço do bem locado;
  - Alterações na taxa de câmbio
  - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

#### Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### Créditos a receber e Outros ativos correntes

Os “Créditos a receber” e os “Outros ativos correntes” são inicialmente reconhecidos pelo seu justo valor, sendo subsequentemente mensurados ao custo amortizado, estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são inicialmente reconhecidos pelo seu justo valor, sendo subsequentemente mensurados ao custo amortizado.

### **3.2.5 Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;

- 
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

### **3.2.6 Subsídios e apoios do governo**

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe certeza que sejam recebidos e que a Instituição irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração de resultados na parte proporcional aos gastos incorridos.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido, para financiamento de ativos tangíveis e intangíveis, são registados no capital próprio e reconhecidos na demonstração dos resultados, como outros rendimentos e ganhos, proporcionalmente às depreciações respetivas dos ativos subsidiados.

### **3.2.7 Provisões**

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

### **3.2.8 Financiamentos Obtidos**



Os “Financiamentos obtidos” são inicialmente reconhecidos ao justo valor, que inclui os custos de transação atribuíveis à sua emissão, sendo subsequentemente mensurados ao custo amortizado.

Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Os “Encargos Financeiros” de “Financiamentos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só se inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

#### Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “*Fornecimentos e Serviços Externos*”.



### 3.2.9 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) as IPSS estão isentas de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2021 a 2024 ainda poderão estar sujeitas a revisão.





### **3.2.10 Rédito**

É registado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas prestações de serviços. É reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) (se aplicável), abatimentos e descontos.

### **3.2.11 Benefícios dos empregados**

Os benefícios a curto prazo dos empregados incluem salários, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, isenção de horário de trabalho, diuturnidades, subsídios de turno, abono para falhas, prémios e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social, de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável.

As obrigações decorrentes são reconhecidas como gastos no período em que o trabalho é prestado, por contrapartida de um passivo, que se extingue com o pagamento respetivo. De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias vence-se a 31 de Dezembro do respetivo ano, sendo somente pago no período seguinte, pelo que os gastos respetivos são reconhecidos similarmente aos benefícios atrás referidos.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gasto no período em que ocorrem.

### **3.2.12 Eventos subsequentes**

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

A manutenção da situação da guerra na Ucrânia bem como a crise no Médio Oriente continuam a ter consequências devastadoras na economia global com o aumento generalizado de preços da energia e escassez de bens em geral. Esta situação, conjugada com o aumento das taxas de juro dos empréstimos contraídos, poderá continuar a ter efeitos negativos ao longo do ano de 2025. Na nota 10.15 abaixo está descrito o previsível efeito financeiro negativo que deverá ser evidenciado nas demonstrações financeiras de 2025.

Em conformidade com a avaliação global efectuada e o agravamento do contexto macroeconómico global, bem como, o contexto de crise política actual, devem continuar a ser tomadas medidas adequadas para acautelar todos estes impactos financeiros, pelo que,

concluímos que a continuidade operacional da Instituição, pressuposto em que são apresentadas as contas de 2024, continuará a exigir esforços adicionais e uma análise diária e prudente de todos os recursos existentes para não pôr em risco a continuidade e para garantir o reequilíbrio financeiro.

#### **4 Ativos Fixos Tangíveis**

##### a) Bases de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço da fatura, despesas relacionadas com a aquisição e todas as despesas indispensáveis para colocar o ativo em “condições de utilização e pronto para uso”.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da venda / abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data daquela operação, sendo registadas na demonstração dos resultados, nas rubricas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”, respetivamente.

##### b) Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usados

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta (quotas constantes), em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

<b>Descrição</b>	<b>Vida útil estimada (anos)</b>
Edifícios e outras construções	0-50
Equipamento básico	3-6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	3-6
Outros Ativos fixos tangíveis	4-8

##### c) Movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e de 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo	Aquisições	Abates	Transf.	Correção Valor /Reclassif.	Saldo
	31-12-2022					31-12-2023
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	124.699,47					124.699,47
Edifícios e outras Construções	2.352.267,14	76.622,80	160.483,14			2.268.406,80
Equipamento Básico	415.540,31					415.540,31
Equipamento de transporte	263.602,62	108.555,10	54.854,31			317.303,41
Equipamento administrativo	150.008,04					150.008,04
Outros Ativos Fixos Tangíveis	37.732,88					37.732,88
Investimentos em curso	0.00					0.00
<b>Total</b>	<b>3.343.850,46</b>	<b>185.177,90</b>	<b>215.337,45</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>3.313.690,91</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	124.699,47					124.699,47
Edifícios e outras construções	1.133.105,38	108.443,15	79.465,39			1.162.083,14
Equipamento básico	361.691,56	4.229,37				365.920,93
Equipamento de transporte	216.452,85	10.013,08	54.854,31			171.611,62
Equipamento biológico	0.00					0.00
Equipamento administrativo	149.863,64	72,20				149.935,84
Outros Ativos fixos tangíveis	37.732,88	0,00				37.732,88
<b>Total</b>	<b>2.023.545,78</b>	<b>122.757,80</b>	<b>134.319,70</b>			<b>2.011.983,88</b>
<b>Líquido</b>	<b>1.320.304,68</b>					<b>1.301.707,03</b>

Descrição	Saldo	Aquisições	Abates	Transf.	Correção Valor /Reclassif.	Saldo
	31-12-2023					31-12-2024
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	124.699,47					124.699,47
Edifícios e outras Construções	2.268.406,80	41.090,71				2.309.497,51
Equipamento Básico	415.540,31	19.328,80				434.869,11
Equipamento de transporte	317.303,41	41.640,00	45.348,15			313.595,26
Equipamento administrativo	150.008,04					150.008,04
Outros Ativos Fixos Tangíveis	37.732,88					37.732,88
Investimentos em curso	0.00					0.00
<b>Total</b>	<b>3.313.690,91</b>	<b>102.059,51</b>	<b>45.348,15</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>3.370.402,27</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	124.699,47					124.699,47
Edifícios e outras construções	1.162.083,14	106.239,63				1.268.322,77
Equipamento básico	365.920,93	17.751,31				383.672,24
Equipamento de transporte	171.611,62	19.614,48	45.348,15			145.877,95
Equipamento biológico	0.00					0.00
Equipamento administrativo	149.935,84	72,20				150.008,04
Outros Ativos fixos tangíveis	37.732,88	0,00				37.732,88
<b>Total</b>	<b>2.011.983,88</b>	<b>143.677,62</b>	<b>45.348,15</b>			<b>2.110.313,35</b>
<b>Líquido</b>	<b>1.301.707,03</b>					<b>1.260.088,92</b>



No ano de 2019 foi efetuada a reclassificação do valor do imóvel “Quinta Portal do Chão” em Lalim da conta “Ativos Fixos Tangíveis” para a conta “Outros ativos correntes - Ativos não Correntes detidos para venda” de acordo com os seguintes valores:

- Valor de aquisição – 142.575,84 Euros
- Depreciações acumuladas – 91.942,38 Euros.

A escritura de venda deste imóvel, inicialmente prevista para junho de 2020, apenas ocorreu **parcialmente** em 24 de junho de 2021. Em 20 de Abril de 2022 foi celebrada a escritura da parte restante.

Ver divulgações adicionais na nota 10.3 Outros ativos correntes abaixo.

De forma a garantir a adequada correspondência entre o património predial registado e o património constante no Portal da AT, é necessário levar a cabo procedimentos de inventariação, controlo e identificação de todos os ativos existentes, situação que deve ser tida em atenção quer ao nível do património predial quer ao nível dos veículos automóveis e restantes ativos.

Em 2023 foi construído o pavilhão para albergar a caldeira a biomassa que também foi adquirida em 2023. A Rubrica de Edifícios e Outras Construções registou um aumento de 76.622,80 Euros. Procedeu-se também ao abate/transferências do valor de 160.483,14 Euros em Edifícios e Outras Construções (sendo que 144.383,14 Euros correspondem ao valor contabilizado em Obras que tinham sido feitas nas instalações do Centro de Dia).

Na rubrica de Equipamento de Transporte registou-se um aumento de 108.555,10 euros tendo também ocorrido a alienação de viaturas com um custo de aquisição de 54.854,31 Euros.

Em 2024, foram realizadas obras na Casa das máquinas, montagem e renovação do parque infantil e construção de vala para saneamento. Foram adquiridas duas viaturas eléctricas e abatidas 3 viaturas durante o ano de 2024. Foram também adquiridas mesas-de-cabeceira e camas para o ERPI.

## **5 Inventários**

---

### a) Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Tal como mencionado na nota 3 deste anexo, as matérias-primas, subsidiárias e de consumo são mensuradas ao menor do custo médio de aquisição ou do valor realizável líquido (estimativa do



seu preço de venda deduzido dos custos a incorrer com a sua alienação). O método de custeio usado é o custo médio ponderado.

É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor entre o custo médio de aquisição ou de realização.

b) Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

Em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2023				2024			
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	10.600,66	236.519,26	0,00	11.899,44	11.899,44	257.478,24	0,00	13.282,09
<b>Total</b>	<b>10.600,66</b>	<b>236.519,26</b>	<b>0,00</b>	<b>11.899,44</b>	<b>11.899,44</b>	<b>257.478,24</b>	<b>0,00</b>	<b>13.282,09</b>
CMVMC				<b>235.220,48</b>				<b>256.095,59</b>

Descrição	2023		2024	
	Inventário inicial	Inventário final	Inventário inicial	Inventário final
Produtos acabados	1.768,81	2.090,26	2.090,26	2.676,54
Produtos e trabalhos em curso	1.646,76	2.349,66	2.349,66	1.689,47
<b>Varição da produção</b>		<b>1.024,35</b>		<b>(73.91)</b>

## 6 Rédito

a) Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito

Tal como descrito na nota 3 deste anexo, o rédito é registado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas prestações de serviços. É reconhecido em resultados, líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), quando aplicável, abatimentos e descontos.

b) Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período

Para os períodos de 2024 e 2023 foram reconhecidos os seguintes Réditos:





Descrição	2024	2023
<b>Vendas</b>	16.612,47	17.790,57
<b>Prestação de Serviços</b>		
Quotizações	0,00	0,00
Serviços Prestados- Particulares	1.275.498,17	1.206.204,98
Serviços Prestados- Entidades Públicas- ISS, IP	1.081.675,30	0.00
Serviços Prestados- Outros	15.567,39	1.852,47
<b>Total</b>	<b>2.389.353,33</b>	<b>1.225.848,02</b>

Na Rubrica de Vendas e Prestação de Serviços Prestados - Particulares, registou-se um aumento na ordem de 69.293,19 Euros relativamente ao ano de 2023.

A partir do ano de 2024, a Demonstração de resultados passa a ter um campo próprio/distinto para o registo dos valores das Vendas e outro para o registo de valores de Prestação de Serviços.

A Entidade alterou a política contabilística no ano de 2024, conforme orientações seguintes:

“No que diz respeito aos valores recebidos do Instituto da Segurança Social, IP, no seguimento da mais recente adaptação da FAQ39 da Comissão Normalização Contabilística (CNC), que determina o enquadramento contabilístico das verbas provenientes dos acordos de cooperação entre o Estado e as Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL), cumpre esclarecer:

- Sempre que a comparticipação mensal paga às IPSS, no âmbito dos acordos de cooperação, for atribuída como apoio ao pagamento da mensalidade devida pelo utente (respostas sociais com pagamento apurado de acordo com a variação de utentes), o valor recebido deverá ser registado contabilisticamente na conta 72 – Prestação de Serviços.
- Sempre que a comparticipação mensal paga às IPSS, no âmbito dos acordos de cooperação, seja atribuída com vista a suportar os custos de funcionamento da entidade independentemente do número de utentes (valor fixo da comparticipação), o valor recebido deverá ser registado contabilisticamente na conta 75 – Subsídios à Exploração.

Como esta alteração de política contabilística impacta diretamente nos procedimentos a adotar pelas entidades nesse âmbito, importa uniformizar alguns entendimentos.

Do ponto de vista das entidades:

- i. A alteração da política contabilista deve ser observada por todas as entidades que recebem Acordos de Cooperação;
- ii. A decisão do momento da aplicação da referida alteração é da responsabilidade das entidades e, em alguns casos, poderá ter sido já considerada com referência ao exercício económico de 2023, atendendo ao facto da primeira versão da FAQ ter sido divulgada



no final de 2023, ou ser aplicada com referência ao exercício económico de 2024 e seguintes;

- iii. Assim que alterada a metodologia de contabilização, a entidade fica obrigada à divulgação da mesma no Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados;
- iv. A contabilização dos Acordos de Cooperação na conta 72 – Prestação de Serviços deve obedecer à mesma desagregação até agora utilizada na conta 75 – Subsídios à Exploração, ou seja, por Estabelecimento/Resposta Social, recomendando-se que a mesma conste do Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados.”

Tendo em conta estas orientações a Demonstração de Resultados de 2024, não é comparável com a de 2023, uma vez que a alteração da política contabilística ocorreu no ano de 2024.

## 7 Subsídios do Governo e apoios do Governo

### a) Política contabilística adotada para os subsídios do governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe certeza que sejam recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração de resultados na parte proporcional aos gastos incorridos.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido, para financiamento de ativos tangíveis e intangíveis, são registados no capital próprio e reconhecidos na demonstração dos resultados, como outros rendimentos e ganhos, proporcionalmente às depreciações respetivas dos ativos subsidiados.

### a) Natureza e extensão dos subsídios do governo reconhecidos nas demonstrações financeiras

A 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo”:

Descrição	2024	2023
<b>Subsídios à Exploração (conta 751 e 752)</b>		
C.R.S.S. – Centro Regional de Seg. Social Acordos Cooperação	0,00	876.285,51
C.R.S.S. – Centro Regional de Seg. Social -Cantina Social	31.893,75	28.081,00
I.E.F.P – Instituto de Emprego e Formação Profissional	0.00	0.00
POCH	0.00	0.00
POAPMC -PAC	4.216,76	0.00
Subsidio Layoff	0.00	0.00
Subsidio Apoio à família	0.00	0.00
Subsidio IAPMEI-Compensação aumento RMG	0.00	0.00
Subsidio Adaptar Social+/Reforço	0,00	0,00
POAPMC-FEAC	1.479,18	901.50
<b>Total</b>	<b>37.589,69</b>	<b>905.268,01</b>

<b>Subsídios ao Investimento (conta 7883)</b>		
-Pares	6.116,00	6.116,00
-Município Lamego	0,00	35.797,17
-Proder – Melhoria Qualidade Vida	0,00	0,00
- ON2	6.828,18	6.828,18
-Norte 2020	6.462,98	4.314,65
- Fundo Socorro Social	1.093,75	0,00
-Mobilidade Verde	3.125,00	0,00
<b>Total</b>	<b>23.625,91</b>	<b>53.056,00</b>

## **8 Benefícios dos empregados**

Os membros dos órgãos diretivos mantiveram-se nos períodos de 2024 e 2023 e totalizam 5 elementos.

Os órgãos diretivos não usufruem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2023 foi de 82 e em 31/12/2024 foi de 84.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

<b>Descrição</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Remunerações ao pessoal	1.251.722,89	1.122.594,05
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	278.351,72	246.649,18
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	29.272,30	20.346,11
Outros Gastos com o Pessoal	3.226,04	4.281,22
<b>Total</b>	<b>1.562.572,95</b>	<b>1.393.870,56</b>

A Rubrica de Gastos com o pessoal sofreu um aumento no montante de 168.702,39 Euros relativamente ao ano de 2023, fruto essencialmente das actualizações salariais obrigatórias.

## **9 Divulgações exigidas por outros diplomas legais**

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo revisor de Contas, para 2023 e 2024, foram respectivamente de 2.459,88 Euros (Iva Incluído) em cada um dos períodos.

## 10 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 10.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2024 e 2023, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2024	2023
Investimentos noutras empresas	0.00	0.00
Outros investimentos financeiros	0.00	0.00
Fundos de compensação p/ trabalho	20.798,63	20.798,63
Fundo Reestruturação Setor Solidário (FRSS)	0.00	0.00
<b>Total</b>	<b>20.798,63</b>	<b>20.798,63</b>

A Lei nº70/2013, de 30 de Agosto, estabelece os regimes jurídicos do fundo de compensação do trabalho, do mecanismo equivalente e do fundo de garantia de compensação do trabalho.

A presente lei é aplicável às relações de trabalho reguladas pelo Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, e alterado pelas Leis n.os 105/2009, de 14 de setembro, 53/2011, de 14 de outubro, 23/2012, de 25 de junho, e 47/2012, de 29 de agosto.

A presente lei aplica-se apenas aos contratos de trabalho celebrados após a sua entrada em vigor, tendo sempre por referência a antiguidade contada a partir do momento da execução daqueles contratos, sem prejuízo do disposto no artigo 11.º-B.

No ano de 2024, o saldo registado em Investimentos Financeiros – Fundo de Compensação do Trabalho é de 20.798,63 Euros, mantendo-se o valor de 2023.

### 10.2 Créditos a receber

Para os períodos de 2024 e 2023 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
<b>Cientes e Utentes c/c</b>		
Cientes	7.027,12	4.596,77
Utentes	51.654,50	59.675,07
<b>Cientes e Utentes cobrança duvidosa</b>		
Cientes	18.673,58	18.673,58
Utentes	14.304,36	18.081,68
<b>Total</b>	<b>91.659,56</b>	<b>101.027,10</b>
<b>Imparidade acumulada</b>	<b>32.977,94</b>	<b>36.755,26</b>
<b>Saldo líquido de imparidade</b>	<b>58.681,62</b>	<b>64.271,84</b>

Nos períodos de 2024 e 2023 ocorreram as seguintes variações relativas a perdas por imparidade:

Descrição	31-12-2023	Perdas	Reversões	31-12-2024
Imparidades acumuladas de dívidas a receber	36.755,26	0.00	3.777,32	32.977,94
<b>Total</b>	<b>36.755,26</b>	<b>0.00</b>	<b>3.777,32</b>	<b>32.977,94</b>

No ano de 2022 tinha sido registado o montante 10.917,59 Euros em Imparidades de dívidas a receber (6.567,41 Euros relativos à utente Purifica Botelho e 4.350,18 do utente Lister Brasão). Em 2024 não foi registado qualquer valor em Imparidades de dívidas a receber, tendo sido contabilizadas reversões no montante de 3.777,32 Euros (1.400,00 Euros do utente Lister na conta 76 e 2.377,32 Euros em Resultados transitados).

### 10.3 Outros ativos correntes

A rubrica “Outros Ativos correntes” tinha em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a seguinte decomposição:

Descrição	2024	2023
Fornecedores	0.00	0.00
Pessoal	924.46	0.00
Devedores por acréscimos de rendimentos	17.095,26	14.095,69
Outros Devedores	226.516,13	215.754,96
Ativos não correntes detidos para venda	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>244.535,85</b>	<b>229.850,65</b>



Em resultado da assinatura do contrato promessa de compra e venda do imóvel “Quinta Portal do Chão” em Lalim, em novembro de 2019, foi efetuada a reclassificação do seu valor, que se encontrava registado na rubrica “Ativos fixos tangíveis” para a rubrica “Outros ativos correntes - Ativos não correntes detidos para venda”, no montante líquido de 50.633,46 Euros (ver nota 4 acima).

O contrato inicialmente assinado define que o valor de venda, é de 500.000 euros, pelo que foi considerado um Excedente de Revalorização no montante de 449.366,54 Euros.

A título de sinal foi recebido em 2019 o montante de 50.000 euros, que se foi registado na rubrica “Outros passivos correntes”. Em 2020, a venda não se concretizou (o que estava previsto para junho de 2020) e foram recebidos mais 2.000,00 a título de sinal, o que perfaz um montante global de 52.000,00 euros recebidos, a título global de sinal.

Em 24 de junho de 2021, ocorreu a escritura de parte do imóvel tendo sido recebidos 348.000,00 Euros. Assim, na totalidade já tinham sido recebidos 400.000,00 Euros. À data da escritura parcial celebrada em 24 de junho de 2021, foi registada a realização da reserva de reavaliação, na proporção do valor vendido no montante de 359.493,23 Euros com a transferência do saldo da conta 589 – Outros excedentes para a conta 561 – Resultados transitados.

Em Abril de 2022 com a celebração da escritura da restante parte do imóvel, foram recebidos os 100.000,00 Euro que faltavam pelo que atualmente não se encontra registado qualquer valor em Ativos não correntes detidos para venda. À data da realização da escritura foi registada a realização da reserva de reavaliação, na proporção do valor vendido no montante de 89.873,31 Euros com a transferência do saldo da conta 589 – Outros excedentes para a conta 561 – Resultados transitados.

Em 2023, uma vez que se extinguiu a valência Centro Diocesano de Promoção Social-Escopal com o término da atividade de ensino profissional, procedeu-se anulação de saldos contabilísticos de controlo interno que refletiam os movimentos financeiros entre a valência Escopal e o Centro Diocesano de Promoção Social. A quantia que figurava no Balanço em 2022 na Rubrica de Outros Devedores por 227.426,26 Euros foi corrigida para 1.341.175,28 Euros conforme instruções da segurança social.

#### **10.4 Diferimentos**

Em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de dezembro 2023, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:



Descrição	2024		2023	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
<b>Clientes e utentes</b>	<b>0</b>	<b>5.510,33</b>	<b>0</b>	<b>8.787,06</b>
<b>Pessoal</b>	<b>0</b>			
Remunerações a pagar	0	0,00	0	448,68
Cauções	0		0	
Outras operações	0		0	
<b>Fornecedores de Investimentos</b>	<b>0</b>	<b>21.396,79</b>	<b>0</b>	<b>1.256,79</b>
<b>Credores por acréscimo de gastos</b>				
Remunerações a liquidar	0	225.262,64	0	202.638,01
Juros a liquidar	0	0,00	0	741,37
Cauções	0			
Outros acréscimos de gastos	0	9.114,90	0	5.665,96
<b>Outros credores</b>	<b>0</b>	<b>65.291,98</b>	<b>0</b>	<b>120.261,50</b>
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>326.576,64</b>	<b>0,00</b>	<b>339.799,37</b>

No ano de 2022, por indicações da Segurança social foi corrigida a quantia registada em Outros Credores de 281.593,87 Euros para 1.395.342,89 Euros (correspondente aos saldos que se anulam internamente e que refletiam os movimentos internos entre a valência Centro Diocesano de Promoção Social-Escopal e as restantes valências do Centro Diocesano). Estes saldos foram anulados internamente em 2023 com a extinção da atividade do ensino profissional e da valência Escopal.

#### 10.10 Financiamentos obtidos

A conta “Financiamentos obtidos” encontra-se distribuída da seguinte forma:

Descrição	2024			2023		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	81.852,67	734.716,58	816.569,25	104.791,74	918.124,77	1.022.916,51
Locações Financeiras	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Contas caucionadas	0.00	0,00	0.00	0.00	0,00	0.00
Contas Bancárias de Factoring	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
<b>Total</b>	<b>81.852,67</b>	<b>734.716,58</b>	<b>816.569,25</b>	<b>104.791,74</b>	<b>918.124,77</b>	<b>1.022.916,51</b>



Os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a financiamentos obtidos, detalham-se como segue:

Descrição	2024			2023		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	81.852,67	43.642,31	125.494,98	104.791,74	58.765,38	163.557,12
De um a cinco anos	282.106,54	155.390,98	437.497,52	368.114,82	212.405,83	580.520,65
Mais de cinco anos	452.610,04	94.349,23	546.959,27	550.009,95	158.155,53	708.165,48
<b>Total</b>	<b>816.569,25</b>	<b>293.382,52</b>	<b>1.109.951,77</b>	<b>1.022.916,51</b>	<b>429.326,74</b>	<b>1.452.243,25</b>

#### 10.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023, foi a seguinte:

Descrição	2024	2023
Subcontratos	5.910,00	5.755,00
Serviços especializados	93.144,33	92.164,80
Materiais	31.734,91	19.139,37
Energia e fluidos	133.105,53	113.755,24
Deslocações, estadas e transportes	1.257,28	2.197,08
Serviços diversos	74.113,66	72.510,83
<b>Total</b>	<b>339.265,71</b>	<b>305.522,32</b>

A Rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos sofreu um aumento na ordem de 33.743,39 Euros relativamente ao ano de 2023 sendo que a Rubrica de Energia e fluidos registou um aumento de 19.350,29 Euros.

### 10.12 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos ” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Rendimentos Suplementares	682,85	737,25
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos financeiros	0,00	8,61
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros:		
Alienações ativos fixos tangíveis	1.050,40	14.300,00
Rendas	0,00	0,00
Alugueres de espaços	1.845,90	6.932,50
Outros	2.046,65	57,00
Outros rendimentos e ganhos:		
Correções relativas a períodos anteriores	4.747,85	0,00
Imputação de subsídios para investimentos	23.625,91	53.056,00
Restituição de impostos	0,00	0,00
Imputações finais	0,00	0,00
Outros não especificados	6.278,63	74.672,69
<b>Total</b>	<b>40.278,19</b>	<b>149.764,05</b>

Na Rubrica de Outros Rendimentos registou-se uma redução de 109.485,86 Euros em relação ao ano de 2023.

### 10.13 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Impostos	1.661,97	1.573,06
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Perdas em investimentos financeiros	0,00	2,64
Perdas em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Correções relativas a períodos anteriores	0,00	0,00
Insuficiência de estimativa para impostos	0,00	0,00
Outros não especificados	372,73	8.738,21
Quotizações	306,00	130,00
Donativos	600,00	0,00
Multas e Penalidades	0,00	0,00
Encargos com formandos	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>2.940,70</b>	<b>10.443,91</b>



Na Rubrica de Outros Gastos registou-se uma redução de 7.503,21 Euros em relação ao ano de 2023.

#### 10.14 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2024 e 2023 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2024	2023
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>	0.48	0.48
<b>Total</b>	<b>0.48</b>	<b>0.48</b>
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	57.563,89	49.440,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0.00	0.00
<b>Total</b>	<b>57.563,89</b>	<b>49.440,00</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>-57.563,41</b>	<b>-49.439,52</b>

Os juros suportados pela Instituição aumentaram 8.123,89 Euros relativamente ao ano de 2023.

#### 10.15 Acontecimentos após data de Balanço

A subida dos preços da energia e dos bens em geral, conjugada com o brutal aumento do preço dos combustíveis, continua a aumentar a pressão inflacionista que o mundo já estava a sofrer à medida que a pandemia emergia. Além disso, o aumento das taxas de juro do mercado monetário no período recente foi muito acentuado. As expectativas implícitas em instrumentos de mercado apontam para a continuação desta trajetória em 2025.

O período difícil que o Mundo, a Europa e Portugal estão a viver, na ressaca da Pandemia Covid-19 e, os efeitos provocados pelo prolongamento da Guerra na Ucrânia, desde fevereiro de 2022 e a crise no Médio Oriente terão consequências na degradação da sustentabilidade das IPSS em geral e na Instituição em particular.

Acresce ainda a atual situação de crise política que agrava a situação de incerteza e instabilidade global.



Estes acontecimentos e as suas consequências, continuarão a ter certamente impactos financeiros ainda não totalmente quantificados e a exigir medidas adicionais de reestruturação e ajustamento ao nível de gastos e receitas em todas as valências durante o ano de 2025.

Decorridos cinco anos sobre o início da pandemia, que esteve na origem dos desequilíbrios e desafios que a economia internacional tem vindo a enfrentar desde então, a sensação (ou pelo menos a esperança) é a de que em 2025 se poderá assistir a um regresso a uma certa normalidade no comportamento do ciclo económico global.

No entanto, neste contexto económico e político difícil, o catálogo de riscos é bem conhecido de todos: intensificação das disputas aduaneiras; o risco geopolítico aumentou, com especial incidência no Médio Oriente e na Ucrânia, afetando os preços das matérias-primas; problemas na inflação e aumento da instabilidade financeira que terá o seu impacto nas IPSS em geral.

Lamego, 27 de Março de 2025

Presidente da Direção:

Dr. Manuel José Leal Domingos

Vice- Vice-Presidente:

José Manuel Lourenço e Melo

Tesoureira:

Maria Daniela Guedes Dias Cardoso

1ª Secretária:

Alga Maria Monteiro Femeias

2ª Secretária:

Rosa Maria Teixeira da Silva Santos

A contabilista certificada,

Paula Cristina Azevedo Gomes  
CONTABILISTA 31384

## **RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2024**

## ÍNDICE

1. Breve apresentação.....	4
2. Ao Serviço da região e das nossas gentes .....	4
3. RESPOSTAS SOCIAIS / VALÊNCIAS .....	5
4. LOCALIZAÇÃO / CONTACTOS.....	6

## II - ÓRGÃOS EFETIVOS DO CENTRO DIOCESANO DE PROMOÇÃO SOCIAL .....

1. CONSELHO FISCAL.....	6
2. DIREÇÃO .....	7

## ORGANOGRAMA DO CENTRO DIOCESANO DE PROMOÇÃO SOCIAL....

## ÁREA DE INTERVENÇÃO DO CDPS.....

## III - SÉNIORES – CLUBE DE IDOSOS .....

## ACORDO DE COOPERAÇÃO .....

1. CENTRO DE DIA (CD) .....	8
1.1 Serviços prestados no CD.....	8
2. SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO (SAD).....	9
2.1 Serviços prestados no SAD.....	9
3. Estrutura Residencial para Idosos (ERPI) na Casa de S. José.....	10
4. Cantina Social.....	10
5. O POAPMC.....	11

## IV - CRIANÇAS E JOVENS .....

1. CENTRO INFANTIL MÃE ADMIRÁVEL. ....	11
--	----

## V. OUTRAS INFORMAÇÕES .....

1. Empresa de Inserção - Compotas Tradicionais de Lamego.....	12
---	----



2. Formação Interna dos Colaboradores .....	12
3. Infraestruturas .....	12
4. Frota Automóvel.....	12
5. Candidaturas .....	13
6. Divulgação do Centro.....	13
7. Contratação pública .....	13
<b>VI - ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA.....</b>	<b>14</b>
<b>VII – FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO.....</b>	<b>24</b>
<b>VIII – EVOLUÇÃO PREVISIVEL DA ATIVIDADE .....</b>	<b>24</b>
<b>X – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS .....</b>	<b>25</b>

## I – INTRODUÇÃO

### 1. Breve apresentação

O Centro Diocesano de Promoção Social – Instituição da Diocese de Lamego, é uma Instituição Privada de Solidariedade Social, membro da Confederação Nacional das Instituições Sociais (CNIS), com sede na Av.<sup>a</sup> Egas Moniz, Qt<sup>a</sup> dos Prados – Rina, constituída em 01/08/2007. A designação atual é recente, já que veio substituir a designação Centro de Promoção Social Rural. A alteração referida foi realizada por vontade expressa dos seus Associados e contou com a aprovação da Tutela. A nova e atual designação em nada alteraram o funcionamento desta instituição, presente em Lamego desde 1966.

Consciente do carisma fundador, Mons. Ilídio Fernandes, e do espírito que o orienta desde a sua génese, o Centro Diocesano de Promoção Social dedica-se, através das suas várias valências/respostas sociais e dos seus diferentes serviços, à promoção, à educação e à ação social das populações de Lamego, Cidade e Diocese e de outras regiões, particularmente do Interior do nosso País. Fazendo memória do passado e construindo de forma determinada, paciente e perseverante o futuro, sabemos que esta Instituição vale pelas pessoas que aqui trabalham, pelo bem que realizam e sobretudo por aqueles para quem trabalha e a quem serve.

### 2. Ao Serviço da região e das nossas gentes

A nossa instituição, de forma serena e discreta, sem ruídos estéreis e nem sempre com os merecidos apoios, vai contribuindo para a economia local, na medida em que:

- apoia devidamente os seus Utentes;
- pratica as mensalidades/comparticipações adequadas;
- proporciona quase uma centena de postos de trabalho direto;
- forma os mais novos para a vida;
- cultiva determinados valores e princípios;
- paga devidamente os seus impostos e demais obrigações;



- contratualiza bens e serviços na cidade e região o que significa que, de uma forma digna de ser assinalada, o CDPS está ao serviço da promoção das nossas gentes e contribui definitivamente para a economia local.

A nossa instituição quer continuar a crescer e a ser uma referência na cidade e na região. Para isso, contamos com o profissionalismo de todos quantos trabalham entre nós.

### 3. RESPOSTAS SOCIAIS / VALÊNCIAS

Para o atingir da meta atrás referida, o CDPS conta com as seguintes Valências:

- **Centro Infantil** com Creche, Jardim de Infância e ATL com Instalações e mensalidades adequadas.
- **Clube de Idosos** com Centro de Dia, Estrutura Residencial para Idosos – Casa de S. José e Serviço de Apoio Domiciliário, com os seguintes serviços: Tratamento de roupa, higiene pessoal, higiene habitacional, cuidados de saúde, pequenos arranjos. Funciona todos os dias do ano, das 8h00 às 20h00.
- **Empresa de Inserção “Compotas Tradicionais de Lamego”**. Temos uma grande variedade de produtos, que são vendidos nas melhores lojas do país, pois a sua qualidade é reconhecida.
- **Cantina Social**. O país atravessa uma situação muito difícil. E, a pensar nos mais afetados pela carência do essencial, a Segurança Social promoveu a abertura de Cantinas Sociais por todo o país. Trata-se de fornecer uma refeição diária a cada indivíduo/ agregado familiar, sete vezes por semana, gratuitamente. As instituições foram selecionadas pela Segurança Social e o CDPS foi chamado a assumir tal missão. É também a nossa missão de ajudar, própria de uma instituição de solidariedade social, que vem ao de cima e se concretiza.
- **POAPMC - Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas** continua a ajudar mais de 60 agregados e 151 pessoas.

Ao longo de 2024, o CDPS, instituição mediadora, contribuiu para a distribuição dos bens alimentares disponibilizados aos muitos que se inscreveram no programa de apoio.

Apesar do esforço que temos que fazer (transporte e armazenamento dos bens, comunicação aos beneficiários, divisão e distribuição dos bens), da ocupação de meios humanos e físicos, da despesa que temos que suportar, este é mais um esforço em prol do bem comum.

Consciente da sua identidade e missão e atento às circunstâncias atuais, o CDPS, pelos membros da sua Direção, apresenta aqui o Relatório de Atividades e de Contas de 2024.

#### **4. LOCALIZAÇÃO / CONTACTOS**

O CDPS situa-se na Av.<sup>a</sup> Egas Moniz - Lugar da Rina – Junto ao novo Hospital de Lamego

**Serviços Administrativos:** 254 656 268

[cdps.lamego@gmail.com](mailto:cdps.lamego@gmail.com)

[www.centrodiocesanolamego.com](http://www.centrodiocesanolamego.com)

**Centro Infantil:** 254 656 268 / 254 249 869

[centroinfantilmacemiravel@gmail.com](mailto:centroinfantilmacemiravel@gmail.com)

**Clube de Idosos (sede):** 254 656 268

**Centro de Dia:** 254 615 007

**SAD:** 254 249 863

[cdps.clubeidosos@gmail.com](mailto:cdps.clubeidosos@gmail.com)

**ERPI – Casa de S. José –** 254 612 486

[cdps-erpicasades.jose@sapo.pt](mailto:cdps-erpicasades.jose@sapo.pt)

## **II - ÓRGÃOS EFETIVOS DO CENTRO DIOCESANO DE PROMOÇÃO SOCIAL**

### **1. CONSELHO FISCAL**

**PRESIDENTE:** Mons. Joaquim Dias Rebelo

**1º VOGAL:** António Fernando de Oliveira Santos

**2ª VOGAL:** José Manuel Santos

## 2. DIREÇÃO

PRESIDENTE: Cón. Manuel Jorge Leal Domingues

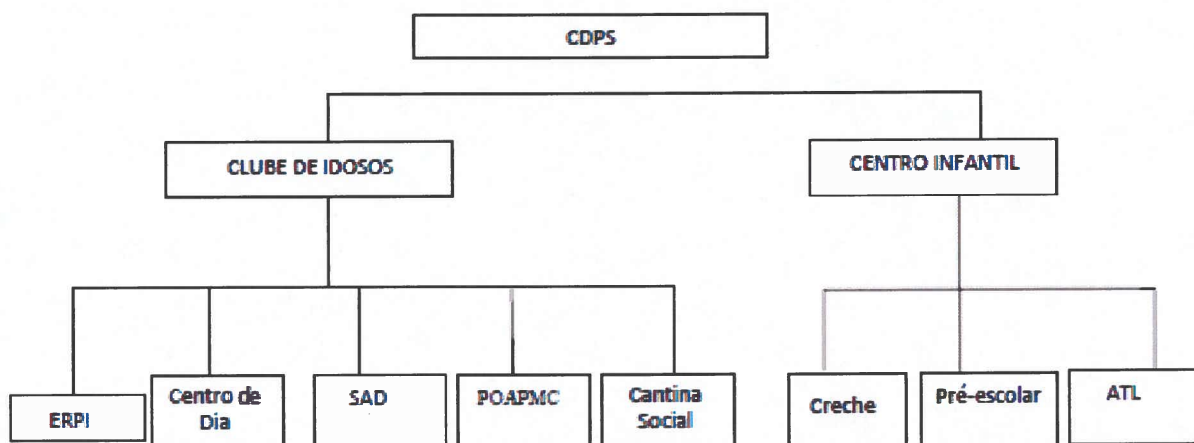
VICE-PRESIDENTE: Cón. José Manuel Pereira de Melo

TESOUREIRA: Marina Daniela Guedes Dias

1ª SECRETÁRIA: Olga Maria Monteiro Ferreira

2ª SECRETÁRIA: Rosa Maria Teixeira da Silva Santos

## ORGANOGRAMA do CENTRO DIOSCESANO DE PROMOÇÃO SOCIAL



## ÁREA DE INTERVENÇÃO DO CDPS

A área de intervenção da nossa Instituição abrange várias freguesias do concelho de Lamego: Lamego, Valdigem, Figueira, Cepões, Britiande, Alvéolos, Várzea de Abrunhais, Magueija, Arneirós, Penude.

**III - SÉNIORES – CLUBE DE IDOSOS - CENTRO DE DIA (CD); SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO (SAD); – ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS - CASA DE S. JOSÉ (ERPI); CANTINA SOCIAL; POAMC.**

ACORDO DE COOPERAÇÃO COM O ISS, I.P. - CENTRO DISTRITAL DE VISEU  
FREQUÊNCIA (DEZ.24).

VALÊNCIA/ RESPOSTA SOCIAL	ACORDO DE COOPERAÇÃO	CAPACIDADE	FREQUÊNCIA
Centro de Dia	32	40	39
Serviço de Apoio Domiciliário	45	60	58
ERPI – CASA DE S. JOSÉ	43	74	74
Cantina Social			24
POAPMC			151

### 1. CENTRO DE DIA (CD)

O Centro de Dia é uma resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção dos idosos no seu meio sociofamiliar.

O Centro de Dia presta serviços nos dias úteis de 2ª feira a 6ª feira das 8h00 às 20h00.

Encerra nos feriados nacionais, feriado municipal (8 de setembro) e terça-feira de Carnaval.

Com o intuito de atribuir novas instalações a esta valência, vão-se fazer obras de requalificação no edifício sede, uma vez que o local onde se encontra, no presente momento, é da Diocese, a quem se paga uma renda mensal.

A Segurança Social já está informada acerca destas alterações.

#### 1.1 Serviços prestados no CD

Pequeno-almoço, Almoço e lanche; Animação sociocultural; Higiene pessoal; Tratamento de roupa, Cuidados de Saúde e Cuidados de imagem.

O serviço de alimentação do Centro de dia fornece uma alimentação equilibrada e ajustada à faixa etária dos utentes, promovendo almoços diversificados e saudáveis de acordo com os princípios de higiene e segurança alimentar.

Os utentes recebem apoio do Centro de Dia no que diz respeito à realização das atividades instrumentais da vida diárias facilitando, deste modo, o dia-a-dia dos utentes: transporte dos utentes, farmácia e Centro de Saúde. Os utentes recebem ainda apoio na marcação de consultas e exames e nas diligências necessárias com entidades públicas, tais como, finanças, segurança social entre outros.

O Centro de Dia presta ainda atividades de animação sociocultural aos utentes de acordo com o plano anual de atividades (PAA) aprovado pela Direção. Todas as atividades foram realizadas com muito sucesso.

## **2. SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO (SAD)**

O Serviço de Apoio Domiciliário é uma resposta social que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio, a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

O Serviço de Apoio Domiciliário tem uma capacidade para 60 utentes, mas no decorrer do ano 2024, apenas frequentaram 58.

O Serviço de Apoio Domiciliário do CDPS presta os serviços 365 dias por ano.

### **2.1 Serviços prestados no SAD**

Durante o ano de 2024, os serviços acordados semanalmente com os utentes da valência de Serviço de Apoio Domiciliário foram os seguintes: Almoço e reforço (sopa e pão); Higiene pessoal; Higiene habitacional; Tratamento de roupa; Serviços de animação e socialização, cuidados de imagem, aquisição de bens (terça e quarta-feira), levantamento de reformas/pensões; acompanhamento a consultas.

No que diz respeito à formação contínua dos recursos humanos da reposta social importa referir que são dinamizados os esforços necessários à sua realização e participação maioritária, tendo em conta a disponibilidade de todos.



Em suma, apesar de todas as alterações efetuadas este ano, existe a plena consciência de que é fundamental continuar a trabalhar de modo a colmatar algumas deficiências que são ainda evidentes, tendo sempre como principal objetivo o bem da instituição e dos utentes.

Assim, o SAD propôs-se, para o ano de 2024, a controlar com rigor os custos e aumentar as receitas, a dar continuidade à primazia dos serviços prestados aos utentes e ao investimento na formação dos seus recursos humanos e a orientar a prática profissional respeitando e implementando todas as diretrizes definidas pelo Instituto da Segurança Social, I.P.

Em relação ao SAD, realizaram-se quase todas as atividades constantes do PAA, exceto as dos dias 31 de outubro 14 de fevereiro, o convívio dos santos populares e a tarte de maçã, por causa da entrega de alimentos aos utentes do POAPMC e visitas domiciliárias.

### **3. Estrutura Residencial para Idosos (ERPI) na Casa de S. José**

Nesta valência todas as atividades foram realizadas, exceto duas: Devido às condições meteorológicas, a atividade do dia 5 de janeiro (Dia dos Reis) – Cantar dos reis nas diferentes respostas sociais, foi realizada no interior da Instituição, seguido de lanche. No dia 30 de junho (Passeio a Mirandela). Esta visita foi alterada/reagendada, devido ao elevado número de utentes que fisicamente estavam mais debilitados, o que os impossibilitava de fazer viagens longas em autocarro. Considerou-se por bem, realizar a visita em comboio turístico à cidade de Lamego, pelo percurso ser mais pequeno e o meio de transporte mais acessível a todos os utentes.

### **4. Cantina Social**

À semelhança do ano anterior, o CDPS manteve o protocolo de colaboração no âmbito da Cantina Social. Deste modo, através da sua valência de Serviço de Apoio



Domiciliário prestou apoio na alimentação (confeção e transporte de almoço) a 24 beneficiários.

#### **5. O POAPMC - Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas**

Ao longo de 2024, o CDPS, instituição mediadora, contribuiu para a distribuição, dos bens alimentares disponibilizados aos muitos que se inscreveram no programa de apoio (151).

Apesar do esforço que temos que fazer (transporte e armazenamento dos bens, comunicação aos beneficiários, divisão e distribuição dos bens), da ocupação de meios humanos e físicos, da despesa que temos que suportar, este é mais um esforço em prol do bem comum.

#### **IV - CRIANÇAS E JOVENS**

##### **1. CENTRO INFANTIL MÃE ADMIRÁVEL.**

O Centro Infantil Mãe Admirável é uma valência que continua em constante evolução. Melhorou-se o parque infantil, os arranjos exteriores e adquiriu-se material pedagógico e de desgaste.

No que concerne o Centro Infantil Mãe Admirável, realizaram-se todas as atividades, acrescentando outras visitas, sempre que foi possível, uma vez que o PAA é um documento que está sempre a sofrer alterações.

#### **ACORDO DE COOPERAÇÃO COM O ISS, I.P. - CENTRO DISTRITAL DE VISEU FREQUÊNCIA (DEZ.24)**

<b>VALÊNCIA</b>	<b>ACORDO DE COOPERAÇÃO</b>	<b>CAPACIDADE</b>	<b>FREQUÊNCIA</b>
Creche	42	53	53
Pré-escolar	13	44	24
CATL	14	40	14

## V. OUTRAS INFORMAÇÕES

### 1. Empresa de Inserção - Compotas Tradicionais de Lamego

Em 2024 continuou-se a implementar a legislação obrigatória e a confeccionar e vender compotas, geleias e mel. No ano de 2024, a valência registou resultados negativos.

### 2. Formação Interna dos Colaboradores

Depois de auscultados os funcionários de todas as Valências, tentámos oferecer ações de formação, de acordo com as suas necessidades e com a boa vontade dos formadores que colaboram com o CDPS e com outras Instituições com as quais temos protocolos e parcerias (BVL; ULS de Lamego, AMBICONCONSULT, Centro Qualifica do Agrupamento de Escolas Latino Coelho, entre outros).

### 3. Infraestruturas

Apesar dos tempos que se têm vivido e das carências conhecidas, preservámos o que se tem e se foi edificando ao longo dos anos.

Já se deu início à burocracia para começar as obras para as novas instalações do CD, no edifício da sede.

Fizeram-se obras para melhorar o sistema e esgotos no exterior do edifício e melhoramentos no Parque Infantil.

Uma vez que se adquiriram alguns carros e carrinhas elétricos, também se fizeram algumas alterações na garagem, para colocar os sistemas de carregamento elétrico.

### 4. Frota Automóvel

A 31/12/2024, o parque automóvel era composto por 14 viaturas ao serviço de todas as atividades do CDPS.

Preocupados com a sustentabilidade ambiental, adquiriram-se carros elétricos.

## **5. Candidaturas**

Apesar da situação financeira do país, a instituição estará atenta para a possível candidatura a projetos financiados, caso existam avisos de abertura para os mesmos. Aguarda-se a decisão sobre candidaturas já celebradas.

A candidatura no âmbito do Programa de Equipamentos Sociais, através da Operação Norte (Norte-42-2019-49) ficou encerrada em 2024 tendo sido já recebido a totalidade do apoio ao investimento.

Também se fez uma candidatura à Mobilidade Verde, para aquisição de viaturas elétricas para o SAD, na Medida Investimento Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais, com o código de concurso 01-C03-I01-2021.

Desta candidatura ainda falta receber o saldo final.

Foi também executada a candidatura ao Fundo de Socorro Social para aquisição de uma viatura. Todo o apoio aprovado foi já recebido.

Atualmente encontra-se já aprovada uma nova candidatura de Mobilidade Verde Aquisição de viaturas elétricas.

## **6. Divulgação do Centro**

Apesar do caminho percorrido, a divulgação da instituição continua a ser necessária, por isso continuámos a atualizar os nossos sítios da internet (CDPS, Compotas, CIMA); a participar em atividades da região; colocámos placas de indicação na rotunda da entrada para a sede; melhorou-se o painel luminoso, também à entrada da Instituição.

Reconhecemos que as redes sociais são um importante meio de divulgação pelo que as atividades realizadas pelas várias Valências do CDPS são divulgadas nas suas páginas oficiais.

## **7. Contratação pública**

Ao longo de 2024 fomos fazendo várias contratações públicas, umas por ajuste direto, outras por Consulta Prévia: Aquisição de viaturas, aquisição de aparelhos de ar condicionado, construção de vala para albergar saneamento, obras de melhoramento no Parque infantil, etc.

## VI - ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Nos termos da lei e de acordo com o preceituado nos Estatutos, a Direção do Centro Diocesano de Promoção Social, apresenta o Relatório de Atividades e Contas de Gerência referente ao ano de 2024.

O objetivo das Demonstrações Financeiras é o de proporcionar informação fiável acerca da posição financeira, do desempenho e das alterações na posição financeira de uma entidade que seja útil a um vasto leque de utentes na tomada de decisões económicas permitindo, simultaneamente, mostrar os resultados da gestão e dos recursos que foram colocados à disposição.

As demonstrações financeiras proporcionam informação acerca de ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos e outras alterações no capital próprio.

O Balanço é o “retrato” do património da Instituição em determinado momento, composto por ativos e passivos, ou seja, seus bens e direitos (ativo) e obrigações (passivo).

A demonstração de resultados permite conhecer o resultado do exercício e permite acompanhar a performance da Instituição através da comparação com períodos económicos anteriores.

A demonstração dos fluxos de caixa evidencia as flutuações de valores monetários da Instituição, distribuídos em três categorias: atividades operacionais, atividades de investimento e atividades de financiamento.

A Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais tem como objectivo dar a conhecer as alterações ocorridas no capital próprio durante o ano económico.

O Resultado Líquido do período foi **positivo** no montante **106.687,32 Euros**. Para compreender o apuramento deste resultado, importa analisar a Demonstração de Resultados por Natureza da Instituição.





CENTRO DIOCESANO DE PROMOÇÃO		Contribuinte	507702166
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR			
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE		Moeda	EUROS
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
Vendas	6	16.612,47	17.790,57
Serviços Prestados	6	2.372.740,86	1.208.057,45
Quotizações	6	0,00	0,00
Serviços Prestados - Particulares	6	1.275.498,17	1.206.204,98
Serviços Prestados - Entidades Públicas	6	1.081.675,30	0,00
ISS, IP - Centro Distrital	6	1.081.675,30	0,00
Outras Entidades Públicas	6	0,00	0,00
Serviços Prestados -Outros	6	15.567,39	1.852,47
Subsídios, doações e legados à	8	37.845,69	925.468,01
Subsídios de Entidades Públicas	8	37.589,69	905.268,01
ISS, IP - Centro Distrital	8	31.893,75	904.366,51
ISS - Apoios Extraordinários	8	0,00	0,00
Outras Entidades Públicas	8	5.695,94	901,50
Doações, heranças e legados	8	256,00	20.200,00
Varição nos inventários da produção	5	-73,91	1.024,35
Custos das mercadorias vendidas e	5	256.095,59	235.220,48
Fornecimentos e serviços externos	11.10	339.265,71	305.522,32
Gastos com o pessoal	9	1.562.572,95	1.393.870,56
Imparidade de dívidas a receber	7	1.400,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	11.11	40.278,19	149.764,05
Outros gastos	11.12	2.940,70	10.443,91
<b>Resultado antes de depreciações,</b>		<b>307.928,35</b>	<b>357.047,16</b>
Gastos/reversões de depreciação e de	4	143.677,62	122.757,80
<b>Resultado operacional (antes de</b>		<b>164.250,73</b>	<b>234.289,36</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	11.13	0,48	0,48
Juros suportados	11.13	57.563,89	49.440,00
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>106.687,32</b>	<b>184.849,84</b>
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>106.687,32</b>	<b>184.849,84</b>



CENTRO DIA	SAD	CRECHE	PRÉ-ESCOLAR	ATL
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
194.194,19	414.919,38	317.121,26	94.812,38	20.048,08
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
128.549,18	189.377,76	12.483,97	54.849,04	9.773,43
65.645,01	218.579,15	300.246,78	38.499,84	9.921,31
65.645,01	218.579,15	300.246,78	38.499,84	9.921,31
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	6.962,47	4.390,51	1.463,50	353,34
0,00	256,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	256,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25.097,68	53.226,09	35.802,40	13.075,91	2.828,97
46.048,09	40.748,11	38.728,74	17.367,51	2.892,72
123.313,37	324.021,07	231.715,74	74.881,09	24.467,97
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
153,00	6.623,41	13.147,68	5.075,73	1.162,05
258,84	120,68	379,29	77,78	6,35
<b>-370,79</b>	<b>3.682,84</b>	<b>23.642,77</b>	<b>-5.514,18</b>	<b>-8.985,88</b>
2.922,23	11.390,87	26.128,13	8.710,49	2.102,31
<b>-3.293,02</b>	<b>-7.708,03</b>	<b>-2.485,36</b>	<b>-14.224,67</b>	<b>-11.088,19</b>
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>-3.293,02</b>	<b>-7.708,03</b>	<b>-2.485,36</b>	<b>-14.224,67</b>	<b>-11.088,19</b>
<b>-3.293,02</b>	<b>-7.708,03</b>	<b>-2.485,36</b>	<b>-14.224,67</b>	<b>-11.088,19</b>





ERPI	EMPRESA INSERÇÃO	CANTINA SOCIAL	POAMC
0,00	16.612,47	0,00	0,00
1.331.645,57	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00
880.464,79	0,00	0,00	0,00
448.783,21	0,00	0,00	0,00
448.783,21	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00
2.397,57	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	31.893,75	5.695,94
0,00	0,00	31.893,75	5.695,94
0,00	0,00	31.893,75	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	5.695,94
0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	-73,91	0,00	0,00
117.181,74	4.980,72	3.902,08	0,00
179.836,98	752,85	9.244,96	3.645,75
733.352,30	14.752,26	34.575,87	1.493,28
1.400,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00
12.553,06	1.563,26	0,00	0,00
2.086,93	2,54	8,29	0,00
<b>313.140,68</b>	<b>-2.386,55</b>	<b>-15.837,45</b>	<b>556,91</b>
91.409,71	683,24	283,15	47,49
<b>221.730,97</b>	<b>-3.069,79</b>	<b>-16.120,60</b>	<b>509,42</b>
0,48	0,00	0,00	0,00
57.563,89	0,00	0,00	0,00
<b>164.167,56</b>	<b>-3.069,79</b>	<b>-16.120,60</b>	<b>509,42</b>
<b>164.167,56</b>	<b>-3.069,79</b>	<b>-16.120,60</b>	<b>509,42</b>

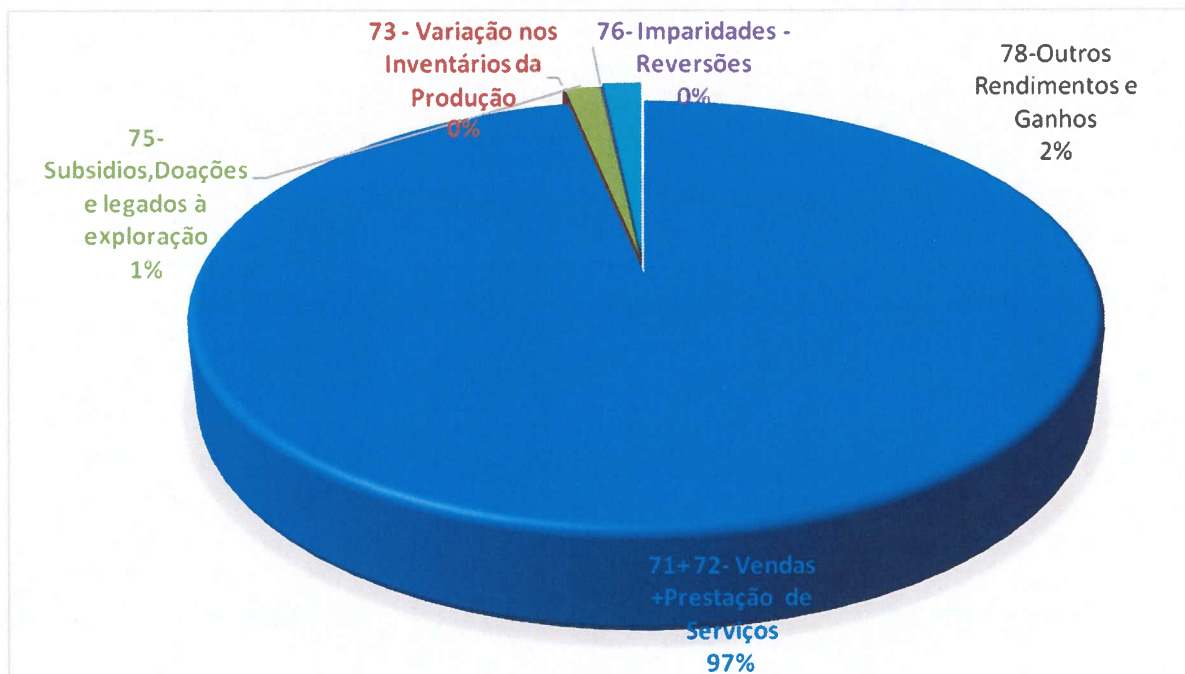
Analisando a evolução de Gastos e Rendimentos verifica-se o seguinte:

**RENDIMENTOS:**

O total de Rendimentos ascendeu a **2.468.803,78 Euros**, assim distribuídos:

71-Vendas	16.612,47
72-Prestação de Serviços	2.372.740,86
73-Varição nos Inventários da Produção	-73,91
75-Subsidios, Doações e Legados à Exploração	37.845,69
76- Imparidades de dividas a receber	1.400,00
78-Outros rendimentos e Ganhos	40.278,19
79-Juros, Dividendos e Outros rendimentos Similares	0,48
<b>TOTAL DE RENDIMENTOS</b>	<b>2.468.803,78</b>

Graficamente, temos o seguinte:



A Rubrica com maior peso no Total de Rendimentos é a Rubrica de Vendas e Serviços Prestados, incluindo os Serviços Prestados- Entidades Públicas- ISS, IP no montante de 1.081.675,30 Euros.

A Rubrica de Vendas de Produtos referente à Venda de Compotas, registou um montante de 16.612,47 Euros evidenciando uma redução relativamente ao ano de 2023 no montante de 1.178,10 Euros.

Durante o ano de 2024, verificou-se um aumento na Rubrica de Serviços Prestados-Particulares no montante global de 69.293,19 Euros justificado essencialmente pelo aumento na prestação de Serviços na Valência ERPI-Estrutura Residencial para Idosos no montante de 40.627,40 Euros. Na valência da Creche registou-se uma redução no montante de 22.351,76 Euros, fruto da política de gratuidade das creches. No Pré-Escolar, a Prestação de Serviços-Particulares, registou um crescimento de 4.277,17 Euros relativamente ao ano de 2023. Na valência do SAD verificou-se um aumento de 26.423,43 Euros e no Centro de Dia, registou-se um aumento de 22.694,06 Euros relativamente ao ano de 2023.

A Rubrica de subsídios, doações e legados à exploração registava os subsídios recebidos da segurança social referentes aos acordos celebrados.

Estas verbas passaram a estar registadas na Rubrica Prestação de Serviços – Entidades Publicas devido à alteração da política contabilística no ano de 2024, destacando-se o aumento de valor verificado a partir de novembro de 2023 resultante do novo acordo do ERPI para mais 16 utentes.

A Entidade alterou a política contabilística no ano de 2024, conforme orientações seguintes:

“No que diz respeito aos valores recebidos do Instituto da Segurança Social, IP, no seguimento da mais recente adaptação da FAQ39 da Comissão Normalização Contabilística (CNC), que determina o enquadramento contabilístico das verbas provenientes dos acordos de cooperação entre o Estado e as Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL), cumpre esclarecer:

- Sempre que a comparticipação mensal paga às IPSS, no âmbito dos acordos de cooperação, for atribuída como apoio ao pagamento da mensalidade devida pelo utente (respostas sociais com pagamento apurado de acordo com a variação de utentes, o valor recebido deverá ser registado contabilisticamente na conta 72 – Prestação de Serviços.



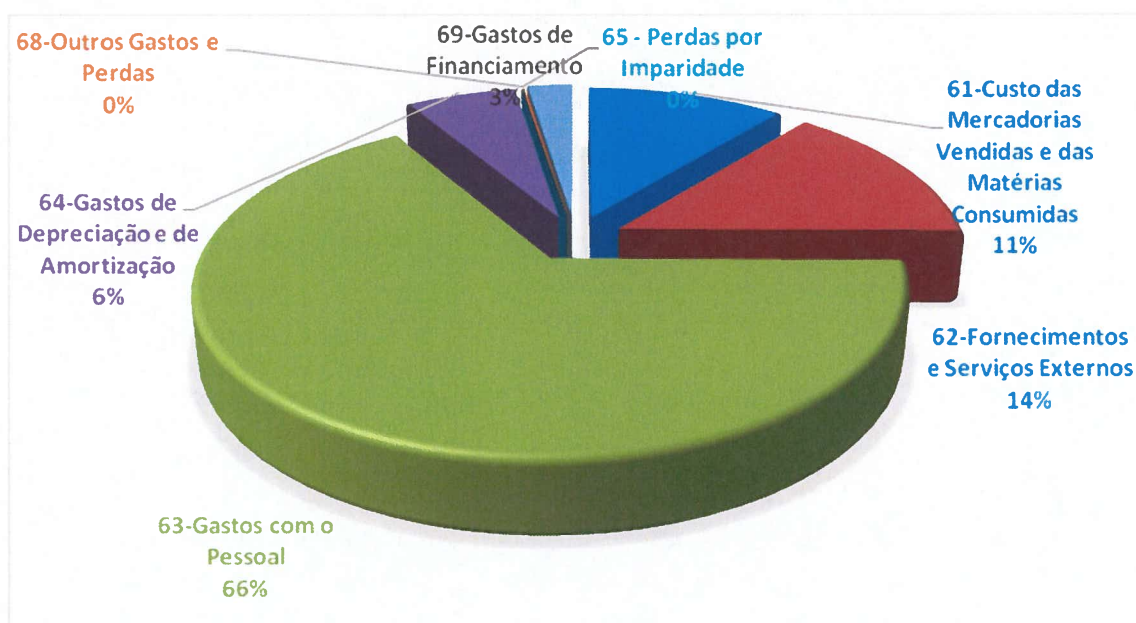
Na Rubrica Prestação de Serviços Entidades Públicas registou-se um aumento de 177.308,79 Euros relativamente ao ano de 2023 com destaque para o aumento de 62.801,94 Euros na Creche e 132.560,08 Euros no ERPI.”

### GASTOS:

O total de gastos ascendeu a **2.362.116,46 Euros**, assim distribuídos:

61-Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	256.095,59
62-Fornecimentos e Serviços Externos	339.265,71
63-Gastos com o Pessoal	1.562.572,95
64-Gastos de Depreciação e de Amortização	143.677,62
65 – Imparidades de Dividas a Receber	0,00
68-Outros Gastos e Perdas	2.940,70
69-Gastos de Financiamento	57.563,89
<b>TOTAL DE GASTOS</b>	<b>2.362.116,46</b>

Graficamente temos o seguinte:



A rubrica de Custos e Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas sofreu um aumento de 20.875,11 Euros relativamente ao ano de 2023. A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos sofreu um aumento de 33.743,39 Euros relativamente ao ano de 2023. Relativamente à Rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos, destaca-se o peso dos Serviços Especializados e dos Gastos com Eletricidade, Combustíveis e Outros. Os serviços especializados registaram um aumento de 979,53 Euros. Por sua vez na Rubrica de energia e fluidos registou-se um aumento de 19.350,29 Euros. Na rubrica de Serviços Diversos destaca-se o peso da renda da valência Centro de Dia com o montante de 16 000,08 Euros, seguros com o montante de 11.164,18 Euros, contencioso e notariado no montante total registado de 51,33 Euros. Ainda não se conhecem os encargos com contencioso e notariado (encargos com apoio jurídico) relativos aos processos em tribunal com formadores externos que terminaram em 2023. Destaca-se também o montante de 34.941,51 Euros registados na rubrica de limpeza, higiene e conforto.

A Rubrica com maior peso no total de Gastos é a Rubrica de Gastos com o Pessoal, representando **66,15%** seguida da Rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos com um peso de 14,36% e da Rubrica de Custos das Mercadorias Vendidas e Consumidas com um peso de 10,84%. Os Gastos com o pessoal sofreram um aumento no montante global de 168.702,39 Euros. A integração do pessoal que estava afeto ao ensino profissional, implicou um elevado esforço financeiro adicional pois estes gastos deixaram de ter qualquer financiamento pelo POCH.. As actualizações salariais obrigatórias contribuíram para o aumento do gasto contabilizado. Os Gastos com o pessoal continuam a ter um peso bastante elevado no total de gastos da Instituição. O peso dos encargos com o pessoal continua a ter um peso significativo não permitindo margem para acomodar os outros gastos pelo que é recomendável que continuem a ser tomadas medidas de reestruturação e reorganização de serviços que permitam a redução de gastos nesta Rubrica.

Na rubrica de gastos de depreciação e de amortização registou-se um aumento de 20.919,82 Euros tendo atingido um montante de 143.677,62 euros o que se deve ao

investimento realizado ao longo dos últimos anos, principalmente na valência ERPI. No ano de 2024, foi também realizado um investimento significativo na sede da Instituição. Esta Rubrica representa 6,08% do total de Gastos da Instituição.

A rubrica de Juros suportados também tem um peso significativo nos resultados da Instituição e resultam do financiamento bancário a que a Instituição teve de recorrer nos últimos anos registando o montante de 57.563,89 Euros o que registou um aumento de 8.123,89 Euros relativamente ao ano de 2023, apesar da amortização antecipada de 100.000,00 Euros no ano de 2024 relativamente ao empréstimo Linha Covid. Este encargo representa um enorme esforço financeiro para a Instituição que se tornou mais pesado com o fim do regime de moratória criado pelo Decreto-Lei n.º 10-J/2020, de 26 de março a partir de Setembro de 2021. O total registado em financiamentos obtidos corresponde a 816.569,25 Euros sendo que o atual plano de reembolso de dívida evidencia um montante de 125.494,98 Euros (capital e juros) a desembolsar durante o ano de 2025.

Analisando o Balanço da Instituição, verifica-se que o Total dos Fundos Patrimoniais tem sofrido uma redução ano após ano, devido aos resultados negativos registados nos últimos exercícios económicos com valores mais significativos na valência Escopal, desde 2013. O total dos fundos patrimoniais em 31/12/2019 apresenta-se positivo em 241.492,93 euros (em 31/12/2018 era de 14.697,20 euros), fortemente influenciado pelo impacto positivo da contabilização do excedente de revalorização do imóvel “Quinta do Portal do Chão” em Lalim no valor de 449.366,54 euros. Em 31/12/2020 o total dos fundos patrimoniais apresenta-se positivo em 235 541,64 euros. Em 31-12-2021, o total de fundos patrimoniais apresenta-se positivo no montante de 104.270,26 Euros, tendo sofrido uma redução no montante de 131.271,38 Euros, fruto do resultado negativo de 89 121,84 Euros no ano de 2021. Em 31-12-2022, o total dos fundos Patrimoniais apresenta um valor de 23.545,19 Euros e em 2023 apresenta um saldo de 191.468,80 Euros fruto da melhoria no resultado líquido de 2023. Em 31-12-2024, o total dos Fundos Patrimoniais apresenta um valor de 338.424,76 Euros. A Instituição necessita de continuar a manter uma tendência de resultados líquidos positivos para garantia do equilíbrio financeiro e da sua continuidade

pois os resultados transitados ainda registam um saldo negativo de 641.266,19 Euros em 2024.

A redução que se tem vindo a verificar nos fundos patrimoniais ao longo dos exercícios tem merecido especial atenção pois os Fundos patrimoniais tendiam a registar valores negativos. Consequentemente, o rácio de Autonomia financeira que corresponde ao quociente entre o total dos fundos patrimoniais e o ativo e que traduz a percentagem do ativo que está a ser financiada pelos capitais próprios da entidade, também poderia vir a registar valores negativos. Por sua vez, o rácio de solvabilidade que traduz a capacidade da entidade expressa pelos capitais próprios para solver os seus compromissos expressos no passivo, ou seja, o seu endividamento e que corresponde ao quociente entre o capital próprio e o passivo registava valores inferiores a 1 o que evidencia a vulnerabilidade financeira da entidade.

Tendo presente as demonstrações financeiras da entidade, conclui-se que para garantir a continuidade, a Instituição necessita de continuar a tomar medidas de reestruturação que permitam aumentar as suas receitas rentabilizando as suas instalações, aumentando o volume dos serviços prestados e o montante de subsídios a receber. Por outro lado, é necessário tomar medidas que permitam a redução da despesa nas rubricas com maior peso no total de gastos, destacando-se o peso na rubrica de gastos com o pessoal e o peso na rubrica de Fornecimentos e serviços Externos. Para tal, é necessário continuar a realizar uma análise rigorosa ao nível do actual Quadro de Pessoal e dos serviços prestados por todas as valências. A Instituição deve rever anualmente o valor das mensalidades cobradas, verificando se estão a ser praticadas as devidas mensalidades de acordo com o que é permitido, apostando num mercado mais abrangente que permita um aumento no valor das mensalidades atualmente praticadas e diferenciando-se por um serviço de excelência, aproveitando todos os recursos humanos e técnicos existentes.



## **VII – FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO**

O cenário atual de instabilidade política gera algum clima de incerteza relativamente ao futuro. Destaca-se também a continuidade da Guerra na Ucrânia que deflagrou em 24 de fevereiro de 2022. A subida dos preços da energia e dos bens em geral, conjugada com o brutal aumento do preço dos combustíveis, está a aumentar a pressão inflacionista que o mundo já estava a sofrer à medida que a pandemia emergia. Acresce também o aumento verificado nas taxas de juro que têm vindo a registar alguma redução nos últimos meses.

As consequências negativas destes acontecimentos bem como a continuidade da crise no Médio Oriente ainda sem fim à vista, bem como os encargos ainda não conhecidos de honorários de apoio jurídico relativos aos processos com desfecho positivo, conhecido no início do ano de 2023, que estavam a decorrer em tribunal relativos ao fecho da atividade de ensino profissional em Agosto de 2021, terão certamente impactos financeiros ainda não totalmente quantificados nos resultados do ano de 2025.

## **VIII – EVOLUÇÃO PREVISIVEL DA ATIVIDADE**

A Instituição pretende manter a continuidade, apostando na reestruturação, reorganização, redução de gastos e apostando numa melhoria contínua da qualidade e aumento de serviços prestados, aumento de subsídios e rentabilização das suas instalações.

O momento actual, repleto de incertezas sobre as consequências da pandemia da Covid-19, o surgimento e continuidade da guerra na Ucrânia e da crise do Médio Oriente, a incerteza relativamente ao início da retoma da economia, o aumento verificado nas taxas de juro (com alguma baixa registada nos últimos meses) e os

constrangimentos provocados pelo encerramento da valência do ensino profissional com o acréscimo de gastos sem financiamento resultante da integração dos funcionários que estavam afetos a essa atividade, não permitem previsões e estimativas



de médio e longo prazos seguras. Tendo presente os dados evidenciados nas Demonstrações Financeiras, a Instituição deve continuar a apostar no reequilíbrio das contas para poder continuar a desenvolver a sua atividade de forma sólida e com qualidade.

A débil situação financeira actual da Instituição, agravada pela conjuntura internacional, exigem um esforço coordenado e acrescido na gestão continuando a levar a cabo medidas de redução de gastos e aumento de receitas de forma a não colocar em risco a continuidade.

## **IX – DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS**

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no artigo 210º do Código Contributivo, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada.

Não existem dívidas vencidas para com os trabalhadores.

A Instituição mantém a sua situação financeira regularizada com as Instituições Bancárias.

## **X – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

O resultado líquido do exercício foi positivo no montante de 106.687,32 Euros, o qual se propõe seja levado à conta de Resultados Transitados.

Lamego, 27 de março de 2025

A Direção,

Presidente da Direção:

Dr. Manuel José Jacó Dias

Vice- Vice-Presidente:

António Pereira de Melo

Tesoureira:

Maria Daída Guedes Dias Cardoso

1ª Secretária:

Olga Maria Monteiro Ferreira

2ª Secretária:

Rosa Patrícia Teixeira da Silva Santa

A contabilista certificada,

Paula Cristina Azevedo Gomes

CONTABILISTA 31384